

Vista aérea das obras do Complexo Industrial do Superporto do Açu

Construção do Complexo Industrial do Superporto do Açu provoca danos ambientais e conflitos sociais

DATA DE EDIÇÃO
03/09/2013

MUNICÍPIOS
RJ - São João da Barra

LATITUDE
-21,624167

LONGITUDE
-41,018889

SÍNTESE

O Complexo Industrial do Superporto do Açu é considerado o maior empreendimento porto-indústria da América Latina. O projeto, de responsabilidade da LLX, empresa logística do Grupo EBX, contará com distrito industrial contendo siderúrgicas, cimenteiras, polo metalomecânico, unidade de tratamento e armazenamento de petróleo, etc. No entanto, o megaempreendimento já vem causando alterações ambientais e socioespaciais no município e entorno e conflitos com moradores.

APRESENTAÇÃO DE CASO

No município de São João da Barra - 455, 044 km² e 32.747 habitantes (IBGE, 2010) — no Norte Fluminense, está sendo construído o maior empreendimento porto-indústria da América Latina: o Complexo Industrial do Superporto do Açu, que deverá movimentar cerca de 350 milhões de toneladas por ano, entre exportações e importações, se tornando um dos três maiores complexos portuários do mundo (LLX, 2011).

O projeto do superporto, de responsabilidade da LLX Logística S.A. (LLX), ocupará uma área inicial de 1.900 hectares (RODRIGUES; LEMOS, 2011). A LLX integrava o Grupo EBX, mas, em agosto de 2013, passou a ser controlada pela empresa americana do setor de energia EIG Management Company. A LLX firmou um termo de compromisso para receber da EIG R$ 1,3 bilhão, que permitirão à empresa de logística executar o Porto do Açu (TERRA, 2013; G1, 2013).

O empreendimento prevê também a instalação de usinas siderúrgicas, polo metalmecânico, unidade de armazenamento e tratamento de petróleo, estaleiro, indústrias offshore, plantas de pelotização, cimenteiras, usina termoelétrica, indústrias de tecnologia da informação, um complexo de geração de energia, uma montadora, indústrias de autopeças e um polo de indústrias e serviços de apoio ao offshore e indústrias de tecnologia da informação, com um investimento conjunto de mais de US$ 40 bilhões e geração de cerca de 50 mil empregos na região (LLX, 2011).



Vista aérea do terminal offshore do Superporto do Açu - TX1

O empreendimento, no entanto, já está causando diversas alterações econômicas, ambientais, sociais e administrativas na região, com repercussão direta no cotidiano da população do município e entorno (KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010).

O supeporto começou a ser construído em 2007 (KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010), como parte de um projeto maior da MMX [empresa de mineração do Grupo EBX], o Sistema Minas-Rio, que compreende ainda a construção de uma usina para extração de minério de ferro em Alvorada (MG), com capacidade produtiva em torno de 26,5 milhões de toneladas ao ano de finos de pelotização, e um mineroduto de

525 km de extensão, que passará por 20 municípios de Minas Gerais e sete do estado do Rio de Janeiro (no Norte e Noroeste Fluminense) e será utilizado para transportar minério de ferro até o Porto do Açu (LOPES et al., 2011).

O Complexo terá área de 90 km², e dois terminais: TX1 e TX2. Os terminais terão profundidade de até 26 metros e 17 km de píer, e poderão receber até 47 embarcações. Em abril de 2013, cerca de 60% da montagem das máquinas haviam sido concluídas. A previsão é que a operação do terminal de minério de ferro seja iniciada no segundo semestre de 2014 (BLOG DO COMPLEXO INDUSTRIAL DO SUPERPORTO DO AÇU, 2013).

O TX1 corresponderá aos terminais offshore, e abrigará nove berços, sendo quatro dedicados ao minério de ferro e cinco voltados à movimentação de até 2 milhões de barris de petróleo por dia (bpd). Já o TX2, terminal onshore, vai oferecer vantagens significativas para atividades de suporte às operações de exploração e produção (E&P) de óleo e gás e dispor de toda a infraestrutura de um complexo industrial, onde empresas do setor poderão se instalar e funcionar de forma integrada e sinérgica, beneficiando-se de baixos custos logísticos. A Unidade de Tratamento de Petróleo (UTP) do superporto vai processar, em especial, o petróleo das Bacias de Campos, do Espírito Santo e parte da produção do pré-sal da Bacia de Santos (BA) (LLX, 2011).



Construção do canal e terminal onshore do Superporto do Açu - TX2

O TX2 permitirá ainda a atracação de navios de granéis sólidos, produtos siderúrgicos, carvão, ferro-gusa, escória, além de granéis líquidos, carga geral e veículos. Fora isso, vai ter uma área destinada a aluguel para empresas de apoio às atividades offshore de petróleo e gás. A área ficará de frente para o canal interno de águas abrigadas, totalizando 1,7 milhões m² (LLX, 2011).

A escolha da região para a construção do superporto deve-se a diversos fatores, como: localização estratégica de São João da Barra; sua posição favorável para escoar a produção de minério de ferro do estado de Minas Gerais; proximidade com a área de exploração de petróleo e gás natural da Bacia de Campos e do Espírito Santo, o que permitirá ao Complexo alocar atividades de apoio ao setor petrolífero; ligação com a BR 101 e com a malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA); acessibilidade ao Centro-Oeste do Brasil, servindo como alternativa para exportação de grãos, etc. (RODRIGUES; LEMOS, 2011).

O minério de ferro, que vai chegar ao superporto através de mineroduto ou ferrovia, poderá ser diretamente exportado ou alimentar as siderúrgicas do complexo. As siderúrgicas vão fornecer bobinas e outros produtos para metalúrgicas instaladas no polo metalomecânico. Estas atenderão às indústrias e prestadores de serviços situados no canal escavado, que vão apoiar as operações de exploração e produção de óleo e gás (LLX, 2011).

Já o carvão, necessário para o processo siderúrgico, vai chegar pelo porto. O carvão e o minério serão transformados em aço pelas siderúrgicas e exportados. A escória será utilizada como matéria prima para as cimenteiras. Estas vão receber o coque e produzir o cimento que será vendido para o mercado interno. A escória excedente será enviada ao exterior (LLX, 2011).

Desde o início das obras do superporto, o Grupo EBX vem negociando a instalação de empresas no condomínio industrial que será construído na sua área de retaguarda. O grupo ítalo-argentinoTechint, líder na produção de aço e derivados na América Latina, foi um dos que manifestaram interesse de ter uma siderúrgica no local, através de uma de suas holdings, a Ternium (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009; BRASIL MINERAL, 2010). No entanto, especula-se que, em 2013, a empresa tenha devolvido a área que esteve reservada para construção da siderúrgica. A empresa teria decidido comprar 22% do controle acionário da Usiminas para abastecer mais rapidamente seus laminadores no México e EUA, que estavam trabalhando a meia carga (MORAES, 2013).

De acordo com o blog que a LLX criou em 2013 dedicado ao empreendimento, as empresas NOV, OSX e Anglo American já começaram a construção de unidades no complexo, e outras, como V&M, Intermoor, GE, MPX, Asco, MFX, Wärtsilä e Ternium, já assinaram contrato e devem começar obras em breve (BLOG DO COMPLEXO INDUSTRIAL DO SUPERPORTO DO AÇU, 2013).

No entanto, apesar das várias vantagens econômicas apresentadas pelo projeto do superporto, que é tido como capaz de tirar São João da Barra e o norte fluminense da pobreza, atrair investimentos industriais estrangeiros para a região e reverter o processo de êxodo das plantas industriais do Rio de Janeiro para outros estados do Sul e Nordeste (MAPA DA INJUSTIÇA E SAÙDE AMBIENTAL NO BRASIL, 2009), o empreendimento pode afetar não só o ambiente, mas a dinâmica socioespacial dos municípios da região (COUTINHO, 2009 apud KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010).

Para começar, as atividades do complexo poderão afetar o ecossistema do entorno, formado por manguezais, restingas, lagoas costeiras e remanescentes de Mata Atlântica, e, por

consequência, a vida das comunidades locais (KURY et.al, 2010 apud KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010), que vivem da pesca e de pequenas culturas (VIDIGAL, 2010 apud KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010). A localidade do Açu, por exemplo, já vem sofrendo rápido processo de valorização e concentração fundiária devido à influência do empreendimento, o que se reflete no aumento do preço dos aluguéis e do custo de vida (RODRIGUES; LEMOS, 2011).

Além disso, a alta ofeta de emprego já vem gerando aumento populacional e, como consequência, crescimento da demanda por bens, serviços e infraestrutura básica. A previsão é de que a população de São João da Barra salte (COUTINHO, 2009 apud KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010) de 32.747 habitantes (IBGE, 2010) para 200 mil até 2025 (COUTINHO, 2009 apud KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010). Porém, o receio é que as populações afetadas pelo empreendimento não estejam suficentemente cientes e preparadas para enfrentar as mudanças geradas pela construção e funcionamento do superporto (KURY; REZENDE; PEDLOWSKI, 2010).

Outra questão controversa foi o decreto do governo do estado do Rio de Janeiro, em junho de 2009, desapropriando uma área de 7.200 hectares, no 5º distrito de São João da Barra, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin). Na área, pretende-se construir o condomínio industrial do complexo. No entanto, tanto esta inciativa, quanto o porto são empreendimentos que estão sendo viabilizados e geridos com recursos privados, e a desapropriação estaria sendo realizada com recursos de uma autarquia pública. Além disso, as comunidades se queixam da forma como vem ocorrendo o processo de desapropriação. A medida provocou reação dos moradores das localidades de Mato Escuro e Água Preta (MAPA DA INJUSTIÇA E SAÚDE AMBIENTAL NO BRASIL, 2009).



Imagem ilustrativa do Complexo Industrial do Superporto do Açu

De acordo com a Associação dos Produtores Rurais e Imóveis da região, as pessoas que tiveram propriedades desapropriadas preferem indenização a ir para a Vila da Terra, conjunto de casas que está sendo construído pela LLX (LUNA, 2012).

Ainda em 2009, a Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) anunciou a concessão da licença prévia da Usina Termoelétrica Porto do Açu, que vai garantir a energia necessária ao funcionamento dos empreendimentos ali instalados. No mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para impedir a continuidade das obras de instalação do Mineroduto Minas-Rio (MAPA DA INJUSTIÇA E SAÚDE AMBIENTAL NO BRASIL, 2009).

De acordo com o MPF, o fracionamento na licença ambiental do empreendimento ocorreu para driblar entraves ambientais que teriam de ser enfrentados num procedimento de licenciamento único. O MPF também verificou que o projeto da iniciativa foi licenciado sem o traçado do mineroduto, e que ele atingiria vários sítios históricos e arqueológicos ao longo do caminho, com impactos sobre comunidades tradicionais (MAPA DA INJUSTIÇA E SAÚDE AMBIENTAL NO BRASIL, 2009).

Também em 2009, a procuradoria do MPF no Rio de Janeiro ajuizou ação similar pedindo liminar para que fossem paralisadas as obras do Porto do Açu. Para tanto, alegou o fato de o empreendimento não ter sido licitado, de a cessão da área para o porto ter sido indevida e de a licença ambiental dada ao empreendimento ter ocorrido sem aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (MAPA DA INJUSTIÇA E SAÚDE AMBIENTAL NO BRASIL, 2009).

Em dezembro de 2011, o MPF ajuizou nova ação, desta vez alegando que a desapropriação de terras para instalação do distrito industrial do superporto estava sendo feita de uma forma que lembrava atos de milícia. No início de 2012, o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, formado por órgãos governamentais e da sociedade civil, começou a investigar falhas e irregularidades na questão da desapropriação (BATISTA, 2012).

Em fevereiro de 2012, os operários da obra de construção do superporto paralisaram seus serviços, reivindicando o pagamento de domingos trabalhados e o total de horas gastas no deslocamento de suas casas até o canteiro de obras. Além disso, pedem adicionais de insalubridade e periculosidade. De acordo com a LLX, a empresa exige que todas as prestadoras de serviço do grupo EBX cumpram rigorosamente todas as normas e determinações da legislação trabalhista brasileira (R7, 2012).

Em 2013, agricultores desapropriados decidiram, através de advogado, entrar com petição no Superior Tribunal de Justiça (STJ), alegando irregularidades no processo de desapropriação. Os moradores queixam-se ainda da forma como são retirados de suas casas. Segundo eles, não há negociação: caso não aceitem o valor oferecido pela empresa, têm de recorrer à Justiça. Muitos sequer receberam a indenização e estão enfrentando diversas dificuldades (FREITAS, 2013).

Formado por propriedades e lotes rurais divididos em 350 pequenas casas e 1.408 loteamentos, o Açu tem mais de dois mil moradores, segundo estudo da Associação dos Geógrafos

do Brasil, de 2008. Muitos moradores não possuem escrituras, mas residem no local há mais de 10 anos (FREITAS, 2013).

Segundo o vice-presidente da Associação de Pequenos Produtores e Agricultores do local (Asprim), Rodrigo Santos, os decretos que desapropriaram a área foram votados na Câmara dos Vereadores de São João da Barra em caráter de urgência, no início de 2009, e foram alterados para beneficiar a LLX na ocupação do solo, além de garantir a doação das terras pela Codin. Em junho de 2009, os requerimentos da Codin foram acatados pela Justiça, e as desapropriações tiveram início no Açu (FREITAS, 2013).

Rodrigo afirma que, até o momento, só foram construídos 10% do empreendimento, numa área bem próxima ao mar. No local onde foram realizadas as desapropriações, chamado de retroárea, os terrenos estão ociosos. Ele diz que, das 350 propriedades do Açu, aproximadamente 250 já foram demolidas. Alguns dos 100 moradores restantes afirmam que vão resistir à desocupação (FREITAS, 2013). Desde o início de agosto de 2013, a LLX começou a cercar algumas propriedades sob seu controle, deixando de fora aquelas que estão em disputa judicial, talvez numa tentativa de se precaver contra ações de reintegração de posse (MORAES, 2013).

Ainda de acordo com o vice-presidente da Asprim, parte das famílias recebeu, em média, R$ 80 mil por suas terras e foi reassentada numa localidade chamada Fazenda Palacete. O valor do ressarcimento está sendo utilizado para refazerem suas plantações e obterem renda familiar (FREITAS, 2013).

Além dos processos movidos pelos moradores, outras ações tramitam no Ministério Público de Campos, motivadas por questões ambientais. Essas ações são movidas pela Comissão Pastoral da Terra, o Instituto de Visão Sócio-Ambiental e pelo Instituto de Justiça Ambiental. Áreas de restinga estariam sendo degradadas; os índices de salinidade das fontes naturais, elevados; e as águas de córregos, contaminadas pelas atividades da empresa (FREITAS, 2013).

No entanto, desde o início de 2013, o grupo EBX vem passando por uma fase difícil (VAZ, 2013), devido a problemas enfrentados pela empresa de petróleo OGX, o que tem afetado os negócios de outras empresas do grupo, despertando desconfiança do mercado e alimentando rumores (VERSIGNASSI, 2013). Para aumentar a liquidez dos negócios, o grupo passa por uma reestruturação que envolve demissões, revisão de projetos e a possível venda de algumas empresas (VAZ, 2013). Em São João da Barra, há incerteza quanto à continuidade das obras do Porto Açu e temor de que as obras do porto e do estaleiro, que estariam em ritmo lento, sejam paralisadas (FREITAS, 2013).

Fala-se também que a LLX estaria negociando cessão de terras para a Construtora ARG que, desde 2007, trabalha na construção do porto e que tem créditos não recebidos da LLX. De acordo Roberto Moraes, professor e engenheiro do IFF (ex-CEFET) em Campos dos Goytacazes (RJ), as terras estão servindo de ativos para obtenção de renda que viabilizem a conclusão das obras do porto. O professor afirma que “os fatos reforçam a hipótese de que o grupo EBX, leia-se, o empresário Eike Batista, não deve mais ficar à frente de nenhum dos empreendimentos; no máximo, caso consiga êxito nas negociações, participações acionárias minoritárias na LLX, OSX e OGX” (MORAES, 2013).

Em seu blog, o professor afirma que apenas dois dos projetos licenciados e apresentados sob a forma de "protocolos de intenção" ou "termos de compromisso" para instalação no Complexo do Açu estão nas mesas de negociação, para transferência para novos investidores: o porto com os dois terminais e a área da Unidade de Construção Naval (UCN) - estaleiro da OSX. Ele afirma que o porto apresenta problemas técnicos e custos muito mais elevados do que os inicialmente projetados (MORAES, 2013).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Complexo Industrial do Superporto do Açu se localiza no município de São João da Barra na latitude de 21°37'27"S e longitude 41°01'08"W, na Região Norte-Fluminense do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRA FM NOTÍCIAS. Projeto de Siderúrgica da Ternium foi apresentado em São João da Barra, 13 maio 2011. Disponível em: http://barrafmnoticias.blogspot.com/2011/05/projeto-de-siderurgica-da-ternium-foi.html. Acesso em: 20 dez. 2011.

BATISTA, Henrique Gomes. Conselho apura denúncias no Superporto do Açu. O Globo, 19 jan. 2012. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/conselho-apura-denuncias-no-superporto-do-acu-3709193. Acesso em: 24 fev. 2012.

BLOG DO COMPLEXO INDUSTRIAL DO SUPERPORTO DO AÇU. Máquinas para transporte de minério de ferro são instaladas, 02 abr. 2013. Disponível em: http://www.superportodoacu.com.br/tag/tx1/. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. O Complexo. 2013. Disponível em: http://www.superportodoacu.com.br/o-complexo/. Acesso em: 29 ago. 2013.

BOVESPAIM. LLX aluga área do Superporto do Açu para InterMoor do Brasil. In: Info Money, 05 dez. 2011. Disponível em: http://www.infomoney.com.br/llxlogistica/noticia/2276525-llx+aluga+area+superporto+acu+para+intermoor+brasil. Acesso em: 20 dez. 2011.

BRASIL MINERAL. Siderurgia I. Ternium vai construir usina de US$ 6 bilhões em Açu. In: Brasil Mineral Online, 22 set. 2010. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=5145&busca=&numero=470. Acesso em: 20 dez. 2011.

CLUBE DE ENGENHARIA. Clube de Engenharia visita obras do Superporto do Açu, 16 ago. 2013. Disponível em: http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/clube-de-engenharia-visita-obras-do-superporto-do-acu. Acesso em: 29 ago. 2013.

FREITAS, Cláudia. Moradores desapropriados pelo governo no Porto do Açu denunciam Cabral e Eike. Jornal do Brasil, 10 ago. 2013. Disponível em: http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/08/10/moradores-desapropriados-pelo-governo-no-porto-do-acu-denunciam-cabral-e-eike/. Acesso em: 29 ago. 2013.

G1. Eike Batista renuncia à presidência do conselho da LLX. Reuters, 28 ago. 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/eike-batista-renuncia-a-presidencia-do-conselho-da-llx-roberto-senna-assume.html. Acesso em: 30 ago. 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São João da Barra (RJ). In: IBGE Cidades, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=330500&r=2. Acesso em: 20 dez. 2011.

KURY, Karla Aguiar; REZENDE, Carlos Eduardo de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. O Entendimento da População de São João da Barra sobre a

Influência do mega-empreendimento do Complexo Portuário e Industrial do Açu em seu cotidiano. V Encontro Nacional da Anppas, 4-7 out. 2010, Florianópolis (SC) – Brasil. Disponível em:

http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-38-290-20100903220103.pdf. Acesso em: 20 dez. 2011.

LLX. Superporto do Açu. Disponível em: http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br. Acesso em: 20 dez. 2011.

LOPES, Bruno da Silva; MORAES, Diego Azevedo; MARTINS, Ewerton Victer; MIRANDA, Lauro Gonçalves de; GOMES, Gleide Terezinha de Azevedo. Complexo Portuário do Açu: propostas para que a riqueza gerada possa retornar à comunidade de São João da Barra utilizando a ferramenta accountability. Perspectivas online - Ciências Exatas e Engenharia, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: http://seer.perspectivasonline.com.br/index.php/EE/article/viewFile/31/50. Acesso em: 20 dez. 2011.

LUNA, Denise. Demora em liberação de área afeta ida de siderúrgica para o RJ. Agência de Notícias da Polícia Federal, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.dpf.gov.br/agencia/pf-na-midia/jornal/2012/janeiro/demora-em-liberacao-de-area-afeta-ida-de-siderurgica-para-o-rj. Acesso em: 24 fev. 2012.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Fragilidade no processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário de Açu coloca em risco comunidades de 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, 03 dez. 2009. Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=121. Acesso em: 20 dez. 2011.

MORAES, ROBERTO. Movimentação da LLX e atual situação das terras no Açu. Blog do Roberto Moraes, 08 ago. 2013. Disponível em: http://www.robertomoraes.com.br/2013/08/movimentacao-da-llx-e-atual-situacao.html. Acesso em: 30 ago. 2013.

PORTAL OZK NEWS. Siderúrgica Ternium do Porto do Açu, em São João da Barra, deverá ter licença prévia em até 10 dias, 17 ago. 2011. Disponível em: http://portalozknews.com.br/v1/materia/saojoaodabarra/2011/08/17/siderurgica-ternium-do-porto-do-acu-em-sao-joao-da-barra-devera-ter-licenca-previa-em-ate-10-dias/. Acesso em: 20 dez. 2011.

R7. Em greve, operários do super porto do Açu mantêm estrada fechada no norte do estado. Disponível em: http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/em-greve-operarios-do-super-porto-do-acu-mantem-estrada-fechada-no-norte-do-estado-20120228.html. Acesso em: 28 fev. 2012.

RODRIGUES, Rejane Cristina de Araujo; LEMOS, Linovaldo Miranda. Logística e território no Brasil – Os complexos portuários do Norte Fluminense. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. 2º semestre 2011, pp. 1-16.

TERRA. Eike vende o controle da LLX por R$ 1,3 bilhão, 14 ago. 2013. Disponível em: http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201308142116_RTR_SPE97D096. Acesso em: 30 ago. 2013.

VAZ, TATIANA. Cortes e empresas à venda: 10 medidas de Eike para se salvar. Disponível em: http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/cortes-e-empresas-a-venda-10-medidas-de-eike-para-se-salvar. Acesso em: 30 ago. 2013.

VERSIGNASSI, Alexandre. Como Eike Batista ficou pobre. Blog Superinteressante, 28 fev. 2013. Disponível em: http://super.abril.com.br/blogs/crash/como-eike-ficou-pobre/. Acesso em: 30 ago. 2013.

SRZD. Siderúrgica chinesa será instalada em São João da Barra em até três anos, 17 abr. 2010. Disponível em: http://www.sidneyrezende.com/noticia/82464+siderurgica+chinesa+sera+instalada+em+sao+joao+da+barra+em+ate+tres+anos. Acesso em: 20 dez. 2011.